

NOTA DOS EDITORES

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), através do Núcleo de Pesquisa e Estudos Eleitorais Avançados (NEP), unidade integrante da Escola Judiciária Eleitoral Cearense (EJEC), lança o Volume 14, Número 25 da Revista *Suffragium*, publicação científica dedicada ao debate contemporâneo sobre Direito Eleitoral e Ciência Política.

Desde sua criação em 2005, o periódico científico do TRE-CE tem se afirmado como um espaço de circulação de ideias, de incentivo à pesquisa e de promoção do pensamento crítico sobre os fundamentos da democracia e do processo eleitoral brasileiro.

Reformulada pela Resolução TRE-CE nº 660/2017 e, desde 2019, inteiramente gerida na plataforma *Open Journal Systems* (OJS), a revista alcançou importante consolidação editorial e científica, sendo reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com estrato Qualis B4, contemplando a implementação ações de responsabilidade social e de estímulo à pesquisa e à produção científica, notadamente o Direito Eleitoral.

Atualmente publicada exclusivamente em formato digital, a consolidação da *Suffragium* reafirma o compromisso institucional com a difusão do conhecimento jurídico e político, o incentivo à pesquisa acadêmica e o fortalecimento da democracia.

A partir da criação do Núcleo de Pesquisa e Estudos Eleitorais Avançados, em 2023, em alinhamento ao disposto no inciso III do art. 1º da Resolução nº 23.620, de 9 de junho de 2020, do Tribunal Superior Eleitoral, a revista retomou sua regularidade editorial e passou a desenvolver estratégias voltadas à ampliação de indexações, à qualificação do processo de avaliação por pares e à articulação de parcerias e pesquisa em âmbito nacional. O fortalecimento dessas ações resultou na ampliação das indexações e no aumento da visibilidade do periódico na comunidade científica.

Nesse período, foram lançados cinco volumes do periódico, correspondendo a cada um dos semestres, uma vez que a última edição da *Suffragium*, antes da criação do NEP, ocorreu em 13 de setembro de 2021, correspondente a 2020/2: Volume 12, Número 20 (2021/1), em outubro de 2023; Volume 12, Número 21 (2021/2), em novembro de 2024; Volume 13, Número 22 (2022/1), em dezembro de 2024; Volume 13, Número 23 (2022/2), em maio de 2025; e Volume 14, Número 24 (2023/1), em setembro deste ano.

Para fortalecer o periódico, foram implementadas diversas estratégias focadas na ampliação da sua visibilidade, na conquista de novas indexações e na disseminação mais ampla do conhecimento. Além disso, buscou-se promover a sensibilização tanto interna quanto externa, incentivar a submissão por meio de editais específicos, e aplicar maior rigor na avaliação por pares (*double blind peer review*), assegurando a qualidade das publicações.

O Volume 14, Número 25 marca um novo ciclo temático, dedicado à reflexão sobre a violência política de gênero e seus impactos na efetividade da participação feminina e da diversidade nas instâncias de poder. Trata-se de um dossiê temático, que reúne estudos de autoras e autores de diferentes regiões do país, comprometidos com a análise crítica das estruturas que perpetuam desigualdades e desafios à plena representatividade política no Brasil.

O lançamento deste Volume, em parceria com a Comissão de Participação Feminina (CPFem), é um relevante marco, em razão da temática, além de um progresso no resgate da periodicidade pós-pandemia, reunindo valorosos artigos científicos que abordam temas plurais e atuais, trazendo reflexões acadêmicas significativas.

Entre os artigos que compõem esta edição, destacam-se: A anistia dos partidos como óbice do direito dúctil na efetivação das políticas públicas de participação feminina na política; Cotas de gênero, fraudes e representação feminina: os desafios do modelo brasileiro e os caminhos para seu aperfeiçoamento; Colonialidade jurídica e violência de gênero na política brasileira; Sobre a utilização de dados em prol da inclusão política: identidade de gênero e orientação sexual nas direções partidárias; e Uma análise das decisões na fraude de cota de gênero dos casos de Tacaimbó/PE e Lajedo/PE.

Assim, a presente edição reafirma o compromisso do periódico com a pluralidade de vozes, com a produção de conhecimento científico de excelência e com o fortalecimento da Justiça Eleitoral como promotora de cidadania e igualdade. O trabalho conjunto de autoras, autores, pareceristas, servidoras e servidores do TRE-CE, em especial da equipe do NEP, dos bibliotecários e da Seção de Editoração, foi fundamental para a continuidade e o aprimoramento desta publicação.

Ressaltamos o fortalecimento da colaboração das pessoas acadêmicas e pesquisadoras, juristas, magistradas e magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral de todo o país, coadjuvantes da disseminação do conhecimento e do aprimoramento contínuo da ciência brasileira.

Dessa forma, a Suffragium reafirma seu papel como espaço qualificado de interlocução entre o Direito, a política e a sociedade, refletindo o propósito de fomentar o pensamento crítico e de incentivo à pesquisa jurídica e à promoção de uma democracia mais inclusiva e representativa.

Seguimos firmes no propósito de valorizar a pesquisa e a produção acadêmica, em consonância com as diretrizes nacionais de excelência científica, além de fortalecer o saber jurídico-eleitoral, tanto no meio acadêmico quanto junto à sociedade em geral.

Desembargador Eleitoral LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Editor-Chefe

Professora Doutora RAQUEL CAVALCANTI RAMOS MACHADO

Editora Adjunta